

Demissões no Itaú: intransigente, banco diz que não voltará atrás

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu, na tarde de segunda-feira (15), com a direção do banco para tratar das mais de 1.000 demissões realizadas pela instituição.

Durante o encontro, os representantes dos trabalhadores exigiram o cancelamento das dispensas e questionaram os critérios adotados pelo banco.

O Itaú, no entanto, se negou a suspender as demissões, reafirmando que a decisão seria mantida sob a justificativa de “desvio de conduta” dos funcionários. A COE contestou a versão, lembrando que os empregados não tiveram direito de defesa, não receberam feedbacks e sequer tinham conhecimento sobre o monitoramento a que foram submetidos.

Além disso, a maioria dos demitidos apresentava alta performance, muitos haviam recebido o PRAD (Programa de Reconhecimento e Acompanhamento de Desempenho -uma premiação e um bônus que o banco Itaú Unibanco oferece aos seus funcionários com base no seu alto desempenho e mérito individual) e alguns até tinham sido recentemente promovidos.

Para o movimento sindical, os desligamentos “não fazem nenhum sentido”, e o que se conclui é que o banco está, na verdade, promovendo cortes de postos de trabalho e utilizando justificativas inconsistentes para isso.

Segundo os dirigentes, os trabalhadores que permaneceram no banco estão abalados e com medo, diante de um clima de terror instalado na instituição. A situação gerou repercussão nas redes sociais, onde funcionários do Itaú se tornaram alvo de memes após a exposição pública das demissões. Enquanto o banco alega quebra de confiança e falta de ética, parte da imprensa chegou a noticiar o episódio como se fosse queda de produtividade.

De acordo com informações apuradas pelos sindicatos, o Itaú utilizou softwares que medem períodos de inatividade nos computadores corporativos. O banco justificou as dispensas como resultado de uma “revisão criteriosa de condutas relacionadas ao trabalho remoto e ao registro de jornada”.

Para os sindicatos, entretanto, a decisão preocupa não só pela chance de falhas nas métricas de monitoramento, como também pela ausência de diálogo e advertências prévias. A repercussão nacional do caso, por sinal, levou o Ministério Público do Trabalho (MPT) a abrir investigação sobre as dispensas e o uso de controle eletrônico. O movimento sindical também estuda acionar o judiciário.

A COE também alertou para a necessidade de debater o modelo de monitoramento digital adotado pelo Itaú, que invade a privacidade dos empregados e pode ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). “Os trabalhadores estão sofrendo assédio moral digital. Queremos transparência”, afirmou a coordenadora da COE, Valeska Pincovai.



**Demitir
sem
diálogo:
essa é a
postura
do Itaú!**

**#Itaú
Feito
Para
Demitir**